

COMUNICAÇÃO COORDENADA

A CRIANÇA E O ADOLESCENTE NA MÍDIA IMPRESSA DE BELÉM: DESINFORMAÇÃO E SUPERFICIALIDADE

Ana Prado*

Vânia Torres**

Resumo:

O trabalho analisa a superficialidade da mídia impressa na cobertura específica de temas relacionados a crianças e a adolescentes, envolvendo notícias e reportagens. Através de uma pesquisa em dois grandes jornais de Belém, Amazônia Jornal e O Liberal, observamos como as informações sobre a temática em questão são repassadas ao público leitor de forma apressada, sem contextualizações e interpretações. O que se percebe, de fato, é a falta de critério jornalístico quanto ao encaminhamento e espaço determinados para o tema e o desconhecimento com relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente.

Palavras- chave : criança, adolescente, jornalismo, notícia e análise de discurso

1. Introdução

Este trabalho apresenta os primeiros resultados da tentativa de sistematizar uma metodologia de análise qualitativa da cobertura sobre infância e adolescência

nos jornais impressos de Belém-PA¹. No caso aqui apresentado, escolhemos analisar dois jornais de grande circulação na capital do Estado do Pará, O Liberal e Amazônia Jornal, no período de 23 a 30 de agosto de 2004. A escolha desses periódicos, que pertencem ao mesmo grupo empresarial, se deu não só em função à grande circulação de ambos, mas também por observarmos que cada um deles se destina a diferentes públicos. O primeiro é mais direcionado a uma parcela de maior poder aquisitivo, enquanto o segundo é mais voltado para um camadas mais populares.

Nesse sentido, a proposta deste estudo não deixa de ter um caráter ensaístico, tendo em vista que o desenvolvimento de uma sistemática adequada para a seleção e análise de textos veiculados nos jornais requer domínio de conteúdos pertinentes, não só ao campo dos conteúdos quantitativos, mas também ao campo da compreensão dos discursos. Não é nosso objetivo neste primeiro momento aferir dados que quantifiquem a nossa análise - embora tenhamos nos apoiado em dados numéricos publicados em relatórios que foram usados para justificar ou confrontar aqui ou acolá a percepção que tivemos sobre o por quê da presença de alguns dos discursos mais comuns nas categorias que elegemos para estudar. Porém, nosso objetivo maior era identificar a forma como o discurso jornalístico se apresentava nos dois jornais.

Contudo, esta tentativa de encontrar uma metodologia que dê conta não só dos aspectos numéricos, mas, sobretudo de avaliações mais contextualizadas sobre a temática da infância e adolescência, se faz cada vez mais necessária num cenário local de extrema carência de investigações dessa natureza. A capital do segundo maior Estado da Federação possui hoje apenas dois cursos de Jornalismo. Os dois cursos juntos não reúnem mais do que 15 doutores e, dessa massa crítica, não há nenhum grupo consolidado estudando a temática da infância e adolescência e a sua interface com a mídia.

Além disso, se lembramos que a região Norte apresentava em 2002 a maior proporção de registros tardios de nascimento, com 60,7 % e a maior proporção de óbitos de crianças menores de um ano de todo o país², uma situação histórica que segundo levantamento do IBGE nos últimos 11 anos pouco melhorou. A partir desses dados numéricos, podemos inferir que a garantia da cidadania de crianças e adolescentes é um dos maiores desafios impostos à região.

Acreditamos que a análise deste trabalho contribua para que outros estudos no Pará possam ser desenvolvidos no tocante à interface desses dois campos: comunicação e crianças e adolescentes.

2. O ensaio do método

Tendo como premissa uma abordagem indutiva, fruto de uma leitura geral dos jornais O Liberal e Amazônia Jornal, pretendíamos testar três hipóteses - apoiadas na Teoria do Jornalismo (SOUSA, 2003), bem como elencar para cada uma dessas hipóteses uma pergunta que pretendia avaliar a forma como os jornais abordavam as questões da infância e adolescência, a saber: os jornais analisados possuem uma cobertura superficial porque priorizam o gênero notícia em detrimento da reportagem; a superficialidade é decorrência da falta de conhecimento do sistema de proteção integral garantido pelo ECA e essa cobertura reflete o acionamento de um certo número restrito de fonte, o que acaba por determinar um enquadramento deslocado da realidade.

De posse dessas hipóteses, nos importava analisar qualitativamente as informações jornalísticas publicadas nos jornais em questão no espaço de uma semana. Em princípio, pode parecer que o universo escolhido para estudo foi diminuto, contudo, o nosso objetivo era ter um número de material reduzido que nos

possibilitasse testar a metodologia. Acreditamos assim que o trabalho de pesquisa esteja adequado ao interesse, à formação, à capacidade e às condições do pesquisador (SOUSA, 2004).

Nossa abordagem considerou o modelo proposto por Van Dijk (2002, p. 22). Este estabelece um nível de análise que parte “das unidades de palavra, no nível inferior, para as unidades de temas gerais ou macroestruturais”. Nesse sentido, o autor propõe um modelo cognitivo de análise do discurso, que não se baseia em níveis, mas em complexidade. O que para ele significa partir do entendimento de palavras para a compreensão das orações, “e daí para as sentenças complexas, seqüências de sentenças e estruturas gerais”. Essa compreensão do discurso é baseada em uma noção de estratégia.

A partir dessa base teórica, partimos para a análise qualitativa tendo como categorias a precisão conceitual relativa ao Estatuto da Criança e do Adolescente; o “Princípio de Relevância” (VAN DIJK apud COMASSETTO, 2003); a adequação de fontes de informação (GUERRA, 2004); e a seleção do gênero jornalístico, entre notícia e reportagem.

3 - O respeito à lei e ao leitor nas páginas dos jornais

A análise dos jornais no período citado nos permite dizer que a precisão conceitual, no que diz respeito à temática em questão ainda é um problema nos textos jornalísticos. Em pesquisa feita no ano de 2003 nos jornais da capital paraense já se percebia isso:

“a escolha imprecisa dos termos foi um dos principais problemas encontrados no material pesquisado. Boa parte da imprensa ainda utiliza a terminologia do antigo Código de Menores, extinto em 1989, para se referir à criança e adolescentes, principalmente nos casos de violência em que o menino ou menina é o agente”.³

Observamos nas matérias analisadas que a diferença conceitual entre jovem e adolescente não é clara nos textos jornalísticos. Percebemos, em alguns casos, que o texto faz referência implícita a adolescentes (7 a 12 anos incompletos), chamando-os comumente de jovens, ignorando assim os preceitos do ECA, que define como jovens a faixa etária de 18 a 24 anos.

A expressão “menor” também é encontrada com frequência nos textos analisados e nas manchetes das páginas do jornal, com nítida enunciação que reflete a herança do antigo Código de Menores, como no título a seguir: “Caratê ensina crianças: menores aprendem autocontrole”. Com mais frequência o termo aparece associado, no caso do adolescente infrator, a expressões como “larápio” ou “delinqüente”, demonstrando uma nítida contradição em relação à legislação vigente:

“a Constituição e o Estatuto percebem a criança e o adolescente como seres em processo de amadurecimento de sua cidadania, à medida que vão se desenvolvendo, construindo sua vontade e expressando livremente suas opiniões acerca dos assuntos com eles relacionados” (PASTORELLI, 2001, p. 37).

A prioridade garantida pela lei às crianças e aos adolescentes, enquanto cidadãos sujeitos de direitos e deveres, ainda não chegou às redações. De acordo com análise exploratória dos jornais diários constatamos a primazia das notícias factuais, sem contextualização, com destaque para acontecimentos pontuais que não estimulam a reflexão crítica e a conexão dos dados pelo leitor, perde-se a oportunidade de ampliar o fato mostrando bons exemplos, com projetos positivos que poderiam servir de modelo à sociedade. Em cobertura sobre atividades de organizações não governamentais, por exemplo, a prioridade ao factual é notória, o que reforça aí os critérios de noticiabilidade:

“Os critérios de noticiabilidade conservam sua característica básica de ser um recurso redutor de classificação da realidade por meio da acentuação de aspectos isolados de um fato. A notícia é um recorte no espaço e no tempo em relação a processos sociais mais amplos, e os limites deste recorte são, em parte, estabelecidos por perspectivas diferenciadas de jornalismo operacionalizadas na forma de critérios de noticiabilidade” (Franciscato, 2002, p. 2)

O jornalismo opera com critérios de redução da realidade, nos quais entram em ação tanto os interesses comerciais das empresas de comunicação quanto a linha editorial de cada caderno ou os critérios pessoais do editor/jornalista. A representação do real de forma fragmentária exige uma reflexão crítica sobre o papel da mídia enquanto agente fomentador de discursos e opiniões sobre o cenário político, econômico, social e cultural.

Constatamos em uma única matéria, por exemplo, três assuntos compactados, com fontes de Brasília e de Belém, tratando os temas mais diversos, como campanha de vacinação infantil, Dia Nacional de Combate ao Fumo e transplante de rins. Não havia conexão direta entre eles, a não ser o fato de tratarem de temas relativos à saúde. Foram três temas importantíssimos tratados no formato de simples registro. Encontramos também a matéria “sífilis cresce entre as grávidas” com pouco destaque como um mero registro no meio de uma página.

A falta de planejamento das edições é outro fato a ser observado. Na correria das edições diárias os jornais deixam transparecer a falta de preocupação com o dia seguinte de forma ordenada e responsável. Daí a dependência clara às informações das agências de notícia ou das fontes oficiais, passando bem longe do formato jornalismo investigativo.

4 - A hierarquização do texto e da fonte

Observando o “Princípio de Relevância” (VAN DIJK, 1999 Apud COMASSETO, 2001) a notícia prioriza a ordenação por relevância e não a

ordenação cronológica dos fatos. Como exemplo temos uma matéria sobre responsabilidade social, quando novamente percebe-se a prioridade ao factual (Encontro de Empresas Juniores do Pará). O material citado limita-se ao gênero notícia. Identifica-se no lead e sublead o resumo do evento e a programação. E nos parágrafos seguintes duas experiências interessantes que abordam a questão e passam quase despercebidas.

Quando o jornal trata da participação de alunos de oitava série e ensino médio em um festival de música do próprio colégio, a fonte é apenas a direção da escola e não os alunos, sujeitos do festival. Utiliza o gênero notícia, fazendo apenas um registro do evento. O título dá destaque à escola: “Colégio Nazaré promove I Festival Marista de Música”.

Já o assassinato de uma adolescente ganha manchete na página policial. O episódio é contado em formato novelesco, com informações fornecidos pela polícia sobre os detalhes que teriam levado ao homicídio: a briga entre a vítima e o autor dos disparos no momento da divisão de pasta de cocaína encontrada durante o roubo a uma residência. Nos dois jornais analisados a violência é o tema mais abordado com 33% no Amazônia Jornal e 19% em O Libera⁴.

Em ambos os jornais da imprensa paraense a página policial tem destaque, quase com status de caderno. Os assuntos tratados nem sempre levam em conta o critério de interesse público pelo tema, mas o formato notícia – espetáculo que cita detalhes pitorescos e íntimos como numa novela. Denota a ausência de preocupação com a formação crítica do leitor, o respeito à cidadania, os direitos humanos e a ética. A contextualização dos assuntos, a informação sobre serviços, os levantamentos históricos como opção de informação a mais para o leitor sobre os casos citados não são priorizados nas reportagens analisadas.

No Amazônia Jornal, que tem características mais popularescas, foram localizadas várias matérias, inclusive com chamada de capa, para a vida de celebridades. Como exemplo temos: “famosos que adotam”, um texto bastante superficial sobre o prazer da adoção para celebridades. Em nenhum momento o texto oferece informações sobre os caminhos para se adotar uma criança. Há destaque também para a perda do bebê de Luana Piovani, com fotos coloridas e chamada na primeira página; destaque para o filho do Trapalhão Mussum e para a atriz Júlia Roberts como futura mamãe. Ao mesmo tempo encontramos um simples registro sobre o caso das crianças emasculadas de Altamira, como fotos em preto e branco, e uma outra notícia sem destaque alguma com o título: “crianças imitam execução e morrem”.

O uso inadequado das fontes ou a limitação das mesmas também é outra questão a ser analisada em profundidade. Percebemos uma recorrência muito grande às mesmas fontes, principalmente as do governo, que contam com boas estruturas de assessorias de imprensa. Nesse sentido, fica clara a limitação do discurso jornalístico e a negação da diversidade de pautas e informações no que diz respeito à apuração do fato jornalístico. Os movimentos sociais e as organizações não governamentais são bem menos demandados que as fontes oficiais. Tal evidência é analisada por Traquina (2004, p. 191).

“O jornalista pode utilizar a fonte mais pelo que é do que pelo que sabe. A maioria das pessoas acredita na autoridade da posição. Quanto mais prestigioso for o título ou a posição do indivíduo, maior será a confiança das pessoas na sua autoridade. Chama-se a isso a *hierarquia da credibilidade*.” (grifo do autor)

A prioridade dada às fontes oficiais é explícita em algumas matérias, como no caso da abordagem sobre a entrada de alunos negros, índios e pobres no Prouni, o Programa Universidade para Todos, antes da votação no Congresso Nacional. No texto citado apenas o reitor de uma universidade particular é ouvido. Não se recorre às organizações representantes de negros, índios e da sociedade civil como um todo para se manifestarem sobre o tema.

O critério de seleção do jornalista sobre a fonte principal a ser citada está sempre voltado para o padrão cristalizado de notícia. Ouve-se a fonte responsável pelo projeto, ação ou evento, indicada pela pauta, para depois, talvez, partir para uma ampliação da matéria, ouvindo outros atores envolvidos. O que percebemos, na análise inicial, é que o destaque sempre é dado para o chefe, o diretor, o coordenador e pouco se vê nas manchetes o voluntário, o menino, o estudante, a aluna etc.

Em uma das matérias coletadas sobre o Emaús, uma organização não governamental de Belém que atende crianças e adolescentes, as fontes ouvidas não são indicadas diretamente, mas a análise macroestrutural (COMASSETO, 2003) demonstra que os dados vêm da coordenação do movimento. Em nenhum momento são ouvidos os voluntários, sujeitos da ação, a que o título se reporta tão diretamente: “voluntários vão às ruas de Belém amanhã para a Grande Coleta”. Em outra matéria sobre o mesmo assunto, apenas no último parágrafo da notícia é ouvida uma voluntária do projeto.

Em outro caso analisado na pesquisa, com o título “aluno orienta sobre segurança em barco” a notícia trata sobre uma campanha nos rios que terá como protagonistas alunos de uma escola pública do interior do Pará que foram treinados pela Capitania dos Portos. Mais uma vez o assunto não ganha aprofundamentos e, apesar do título, a única fonte ouvida é a oficial, a Capitania dos Portos.

5- Notas conclusivas

A partir das hipóteses chegamos às seguintes constatações. Os jornais analisados possuem uma cobertura superficial porque priorizam o gênero notícia em detrimento da reportagem. As contextualizações que caracterizam esse último gênero jornalístico não foram encontradas com frequência. A superficialidade do texto, nessa fase de análise, nos pareceu não ser decorrência apenas da falta de conhecimento do sistema de proteção integral garantido pelo ECA, mas consequência da falta de planejamento do jornal em suas edições e da indiferença com relação ao compromisso da mídia com a informação e a formação de seu leitor. O jornal deixa transparecer a opção pelas pautas mais fáceis. A cobertura reflete o acionamento de um certo número restrito de fontes, o que acaba por determinar um enquadramento deslocado da realidade. As fontes oficiais são preteridas e as notícias prontas de agência têm espaço garantido em detrimento das contextualizações locais.

A partir dessa análise pudemos constatar, mesmo que de forma preliminar, que a cobertura sobre infância e adolescência feita pelos dois jornais em questão reflete uma problemática que vai mais além do que a subjetividade que cerca o gênero jornalístico. Sousa (2003) aborda essa impossibilidade da notícia refletir a realidade pelas deficiências do ser humano e limitações lingüísticas. Contudo, a forma como o tema tem sido tratado pelo jornais tem ido além dessa questão e mostra uma certa indiferença com relação ao papel do jornal como formador de opinião e fomentador de discussões e repercussões em uma comunidade.

¹ Este estudo é o embrião da série de análises e acompanhamentos na área de Infância e Adolescência, cujos dados começaram a ser coletados em agosto de 2004 pela Agência Unama de Comunicação pelos Direitos da Criança e do Adolescente (Agência Unama Criança). Essa agência é um projeto de extensão do curso de Comunicação Social da Universidade da Amazônia – Unama e, além da análise da cobertura jornalística, tem como objetivo atuar como na qualificação de jornalistas e no desenvolvimento de práticas de protagonismo juvenil na área de Comunicação.

² Cf. Estatística de Registro Cível. IBGE 2002. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/registrocivil/2002/registrocivil_2002.pdf. Acesso: em 29 set. 2004.

³ Unama; Fidesa; Unicef. *Infância e adolescência na pauta da mídia: breve olhar sobre a imprensa paraense*. Belém, 2003.

⁴ Idem, ibdem.

Referências:

COMASSETTO, Leandro Ramires. *As razões do título e do lead: uma abordagem cognitiva da estrutura da notícia*. Concórdia, UNC Concórdia, 2003.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. *Limites teóricos e metodológicos nos estudos sobre a noticiabilidade*. Anais. XI Encontro Anual da Associação dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação/COMPÓS. Rio de Janeiro (RJ), jun. 2002.

GUERRA, Josenildo. Fontes de informação na cobertura jornalística da infância e adolescência. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 27, 2004, Porto Alegre. *Anais*. Porto Alegre: PUC, 2004.

SOUSA, Jorge. *Introdução à análise do discurso jornalístico impresso*. Um guia para os estudantes de graduação. Florianópolis: Letras Contemporâneas. 2004.

_____. Por que as notícias são como são? Construindo uma teoria da notícia. *Pauta Geral: Revista de Jornalismo*, Salvador, Ano 10, n. 5, nov. 2003.

PASTORELLI, Ivanéa Maria. *Manual de imprensa e de mídia do Estatuto da Criança e do Adolescente*. São Paulo: Orange Star, 2001.

TRAQUINA, Nélon. *Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são*. Florianópolis: Insular, 2004.

UNICEF (2003). *Relatório da Situação da Infância e Adolescência Brasileiras*. Brasília: Autor.

VAN DIJK, Teun A. *Cognição, discurso e interação*. São Paulo: Contexto. 2002.

Autoras:

* Jornalista e professora do curso de Comunicação Social da Universidade da Amazônia – Unama. Coordenadora da Agência Unama Criança. Mestre em Comunicação e Cultura Contemporânea pela Universidade Federal da Bahia. Sócia em Formação da SBPjor.

**Jornalista e professora do curso de Comunicação Social da Universidade da Amazônia – Unama. Jornalista Responsável da Agência Unama Criança. Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará.